GT 5 - Educação, capitalismo e socialismo

Acerca da centralidade ontológica do trabalho no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos.

Hormindo Pereira de Souza Júnior*

O objetivo central dessa comunicação é evidenciar a centralidade ontológica do trabalho no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos. Em nossa compreensão os conhecimentos são produtos do trabalho humano. São portadores de sentido teleológico. Nos pilares dos conhecimentos se encontram a influência ativa dos indivíduos sobre a natureza e a utilização das propriedades das coisas na produção.

A discussão aqui apresentada é parte integrante de pesquisa em andamento que procura analisar os atuais marcos teórico-analíticos dos processos de produção e reprodução social dos conhecimentos tendo em vista desenvolver o campo da Ontologia Social fundada na teoria social marxiana para o estudo dos fenômenos educacionais. Três grandes movimentos incorporam os marcos teórico-analíticos que dominam os processos de produção e reprodução social dos conhecimentos na contemporaneidade: o neo-racionalismo transcendentalismo ou racionalismo analítico formal, o irracionalismo contemporâneo moderno e o neopragmatismo.

O neo-racionalismo/transcendentalismo ou racionalismo analítico formal postula a autonomia da razão e da individualidade no processo de produção dos conhecimentos. O indivíduo é tido como autônomo racional e justo. Reafirma a importância da politicidade e vincula o humano ao político.

O irracionalismo contemporâneo postula a noção de que a subjetividade comanda todos os processos de mudanças e transformações portanto, a subjetividade, a pulsão e o desejo comandam os processos de produção e reprodução social dos conhecimentos. Entende a natureza humana como pulsão, desejo e a ação política garante isso. A racionalidade é entendida como negação da universalidade e da totalidade. Implica em análises microcentradas.

O neopragmatismo postula a centralidade epistemológica da cultura e de todas as dimensões que a envolve. A política é vista como conjunto de ações que produz uma utilidade material, uma vantagem, um benefício. A ação política garante a realização prática e pragmática de proposições ora individuais ora coletivas para a manutenção ou conquista de benefícios.

Três questões centrais unificam estes marcos teóricos predominantes na produção de conhecimentos na contemporaneidade: a centralidade epistemológica no marco teórico-analítico de produção e reprodução social dos conhecimentos. A política como portadora de resolutibilidade humana. A perda da centralidade do trabalho como dimensão fundamental da formação do Ser Social.

Nosso desafio é o de recuperar para o debate um outro marco teórico-analítico do processo de produção e reprodução social dos conhecimentos, porém, não dominante da factualidade contemporânea. Que têm na posição ontológica seus postulados fundamentais.

Para tanto, é fundamental rompermos com os processos que subordinam a ontologia social à epistemologia. Que entende a política como portadora de resolutibilidade humana. E, principalmente romper com a noção de perda da centralidade do trabalho como dimensão fundamental da formação do Ser Social. O que implica recuperar, portanto, a centralidade do trabalho enquanto dimensão fundamental da formação do Ser Social.

---

* Doutor em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP. Professor Adjunto do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da FAE/UFMG.

A posição ontológica de fundamentação marxiana busca a gênese e o sentido do conhecimento no ato complexo que funda o ser social. A ciência ontológica busca captar as essencialidades básicas do ser. Concebe o conhecimento como o produto da relação fundamental do homem com a natureza, que se exprime no ato de produzir. Ou seja, o conhecimento é fruto do trabalho humano. A ontologia trata do problema da inteligibilidade radical do ser. O homem é o criador de si mesmo. Se auto-põe pelo trabalho, sendo o conhecimento produto do trabalho.

Buscamos apreender, compreender e analisar nesta pesquisa em andamento, objetos postos no cenário do século XXI, utilizando-se a ontologia social marxiana, considerada, por boa parte do pensamento "pós-moderno", resíduo histórico desprovido da capacidade para compreender os fenômenos da atualidade.

É neste sentido que, nos últimos anos, tem sido sempre necessário justificar a opção quando se faz um recurso a Marx. Será possível um pensador *pré-linguistic turn* ser alçado à condição de *primus inter pares*? São várias as objeções: "é do tempo da sociedade industrial, quando o trabalho ainda determinava relações!"(*sic*). "Reduz toda a existência à verticalidade das classes!" (*sic*). "Não dá conta da complexidade desses novos tempos!" (*sic*).

Entretanto, não é isto o que se apreende da leitura da obra de Marx. Antigas questões que teimam em persistir nos afligindo, bem como outras, saudadas nos dias de hoje como descobertas recentes, estão presentes, e de modo bastante pertinente na teoria social desenvolvida por Marx. Não é só esta presença, porém, e o modo como ela é tratada, que interessa pesquisar. Muito reveladoras são as duas faces de um mesmo processo de amadurecimento intelectual conquistado por Marx ao longo da produção de sua teoria social. De um lado, as noções que costumeiramente são colocadas sob o dístico do "humano" (em oposição ao "material") e que, por isso mesmo, qualificam seres humanos concretos, multiplamente determinados, ao invés de deixar de ter o aparecimento esporádico com que figuram nos primeiros escritos e passar a ser mais sistematicamente tematizadas nas obras mais maduras, surpreendentemente vão desaparecendo da cena. De outro lado, tal desaparecer é concomitante ao refinamento ontológico que vai sendo alcançado e que permite uma critica social consistente, pois sólida do ponto de vista do rigor científico. Ao nos debruçarmos sobre a extensa obra marxiana, verificamos o quanto é atual, quanta produtividade ela é capaz de impulsionar, o quanto é desafiador apoiar-se em teoria assim tão absolutamente inconclusa que só pode efetivar-se em co-autoria com os sujeitos sociais de cada tempo histórico.

No dia 17 de março de 1883, diante do túmulo do grande amigo e colaborador, Engels assim se referiu a respeito de Karl Marx: "Seu nome perdurará através das eras, e assim também a sua obra". Essa homenagem de Engels, enunciava um conteúdo de verdade, que tinha suas raízes na compreensão da fecundidade do pensamento de Marx, acerca do homem e de suas relações. Engels, através da parceria intelectual que havia estabelecido com o amigo, agora morto, antevia que a profundidade com a qual Marx havia estudado o capitalismo sensibilizaria os homens, e milhares deles, em todo o mundo assumiriam a emancipação humana como projetos de suas vidas. Engels sabia que a propriedade maior da obra de Marx era a de infundir uma determinação incomum para a derrubada das relações sociais vigentes sob o capitalismo; porém, não só. Pois, os objetivos centrais das tematizações marxianas se colocavam no plano do entendimento de como do "macaco" se dá o homem ou, colocado de outra forma, como o homem se humaniza. Isto, sem a menor dúvida, faria História.

Em algum lugar, algum dia, Marx afirmou: "A burguesia há de se lembrar dos meus furúnculos".

Marx há cerca de 160 anos atrás (1845), apontava:

> Quando, ao operar sobre realidades - maçãs, pêras, morangos, amêndoas - formo em mim a idéia geral de " fruto"; quando indo mais longe, imagino que a minha idéia abstrata, "o fruto",

> deduzida dos frutos reais, é um ser que existe fora de mim e, mais ainda, constitui a essência verdadeira da pêra, da maçã, etc., declaro em linguagem especulativa que o fruto é a substância da pêra, da maçã, da amêndoa, etc. Afirmo portanto que o que há de essencial na pêra ou na macã não é o ser pêra ou maçã. O essencial nestas coisas não é o seu valor real, perceptível aos sentidos, mas a essência da minha representação: "o fruto". Declaro então que a maçã, a pêra, a amêndoa, etc. são simples formas de existência, modos do " fruto". É certo que, depois de concluído o meu processo de entendimento, baseado nos sentidos, distingo uma maçã de uma pêra e uma pêra de uma amêndoa; mas a minha razão especulativa declara que esta diferença sensível é não essencial e sem interesse. Ela vê a mesma coisa na maçã e na pêra, assim como na pêra e na amêndoa, isto é, o fruto. Os frutos particulares reais não são mais do que frutos aparentes cuja essência verdadeira é a 'substância,' "o fruto".[1]

Trata-se, aqui, do combate que Marx efetua à especulatividade e de seu esforço de demarcação da subjetividade enquanto efetivações concretas da atividade humana. Ou seja, nesta passagem podemos perceber que para Marx a relação objetividade/subjetividade não é uma mera relação "intersubjetiva" fundada no plano cognitivo, não é "uma determinação teórico-prática de uma situação de entendimento interpessoal e social", mas, uma relação com a materialidade do mundo, onde a subjetividade é resultado de uma relação efetiva com a objetividade; se dá na *práxis*.

É neste sentido de captura das essencialidades básicas, fundamentais, de caráter ontológico que ganha relevo a posição marxiana sobre os problemas atuais que envolvem a produção, reprodução e distribuição dos conhecimentos. Bem como, da relação do homem com a natureza, do sujeito com o objeto e das próprias relações do homem consigo mesmo.

Para Marx, a atividade humana é radicalmente diferente da dos animais, pois é livre e consciente. O sujeito da atividade constrói um mundo objetivo e manipula a natureza, ao mesmo tempo em que é por ela manipulado. Através do trabalho, o homem se manifesta como ser genérico, superior à atividade muda dos animais. Na relação sujeito/objeto, mediada pela atividade, o homem produz sua existência, cria consciência de que é um ser social e atinge a existência de um ser universal e livre, portanto, é sujeito de uma atividade livre e consciente.

O trabalho, como objetivação e autodesenvolvimento humano, como uma mediação necessária do homem com a natureza, constitui a esfera ontológica fundamental da existência humana. A objetivação é inerente ao trabalho é um impulso à superação da sua imediaticidade, se dá através da gênese, desenvolvimento e conexões crescentemente genéricas e heterogêneas ao trabalho enquanto tal. O trabalho, ao se objetivar, impulsiona o ser social para um desenvolvimento que dá origem a novos patamares de sociabilidade; estes novos patamares, por sua vez, requerem novas mediações e novos complexos sociais para se reproduzirem, numa dinâmica de constante afastamento das barreiras naturais.

Através da atividade (trabalho que se objetiva), o homem procede a uma dupla transformação: transforma a natureza exterior e inorgânica e a sua própria natureza humana. A objetividade não está expropriada da subjetividade e nem vice-versa. Os objetos e as forças da natureza são convertidos em meios e objetos de trabalho. Esses objetos são, portanto, produtos do trabalho humano, são objetos humanizados, ocorrendo assim a humanização da natureza..

O trabalho, como objetivação e autodesenvolvimento humano, como uma mediação necessária do homem com a natureza, constitui a esfera ontológica fundamental da existência humana.

Através da atividade, o homem procede a uma dupla transformação: transforma a natureza exterior e inorgânica e a sua própria natureza humana. A objetividade não está expropriada da subjetividade e nem vice-versa. Os objetos e as forças da natureza são convertidos em meios e objetos de trabalho. Esses objetos são, portanto, produtos do trabalho humano, são objetos

---

[1] MARX, K. & ENGELS, F. A Sagrada Família.Editorial Presença. Portugal, 1974, p. 85 e 86.

humanizados, ocorrendo assim a humanização da natureza. “O produto do trabalho, é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação”**.** A objetivação, ou seja, a subjetividade efetivada, posta no mundo, é condição necessária para a universalidade do trabalho, que por sua vez traz necessariamente a alienação. E, é aqui, que a alienação no trabalho se torna um momento necessário da objetivação, e, também, uma outra esfera ontológica fundamental da existência humana.

A atividade humana enquanto uma atividade de um ser objetivo pressupõe a alienação uma vez que o poder que tem o homem de objetivar-se, através de seu trabalho, é especificamente humano; manifesta-se como alienação positiva de sua vida genérica.

Na Primeira Tese Ad Feuerbach, Marx afirma que:

> A falha fundamental de todo o materialismo anterior (incluindo o de Feuerbach) reside em que só capta a coisa, a realidade, o sensível, sob a forma de objeto ou da intuição, não como atividade humana sensorial, como prática, não de um modo subjetivo. Daí que o lado ativo fosse desenvolvido de modo abstrato, em contraposição ao materialismo, pelo idealismo, o qual, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível enquanto tal. Feuerbach aspira a objetos sensíveis realmente distintos dos objetos conceituais, mas não concebe a atividade humana mesma como uma atividade objetiva.[2]

A crítica aqui desenvolvida se dirige tanto ao materialismo anterior, que não capta a realidade como exterioridade posta pelo sujeito, ou seja, a objetividade do mundo do homem, quanto ao idealismo que, apesar de desenvolver o aspecto ativo da consciência, "não conhece a atividade real, sensível" do homem.

Dessa dupla e complexa crítica que demarca a determinação marxiana da relação sujeito/objeto do conhecimento, desponta uma nova abordagem, onde objetividade e subjetividade se articulam e se interpenetram no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos. Portanto, os conhecimentos não são frutos de processos fundados na “intersubjetividade” e nem na “intrasubjetividade”, mas, resultantes das subjetividades efetivadas e efetivantes.

Isto significa entender que a razão, nos processos de produção dos conhecimentos, é resultado de uma articulação ativa entre objetividade e subjetividade, portanto, fundada na objetividade. Ou seja, a racionalidade em Marx é entendida como uma via de mão dupla, onde os objetos interrogam a razão e a razão os objetos. Segundo Luckács,

> A razão humana é, em si mesma, um processo que se desenrola no tempo, no qual vão sendo descobertas as categorias lógicas que definem a natureza e estruturas dos processos reais. O fato de ser uma faculdade subjetiva não lhe retira a condição de ser real, no sentido de um fundamento concreto, material, que, sendo parte do processo geral da realidade objetiva, acarreta a mesma transitoriedade naquela sua particular manifestação, reflexo subjetivo desse processo que a produz.[3]

A razão é, portanto, a forma mais perfeita do reflexo da realidade na capacidade perceptiva e reflexiva do homem, em função do grau de complexidade e aperfeiçoamento a que atingiu o seu sistema de relação com o mundo. A racionalidade, à medida que vai se constituindo, encontra expressão nas formas de conhecimento que tem a possibilidade de adquirir a cada momento. A racionalidade se autopõe junto com o homem, não é uma mera faculdade intelectual da razão, é um produto da inter-relação prática e teórica e entre objetividade e

---

[2] Apesar de indicarmos a tradução para o português, feita por José Arthur Giannotti e publicada na Coleção os Pensadores, essa tradução que incluímos em nosso trabalho, possui algumas modificações. Essas modificações foram realizadas durante um curso de extensão “Ser e Saber: o homem e sua atividade em Marx” - Promovido pelo Departamento de Ciências Aplicadas à Educação e pelo Centro de Extensão da FAE-UFMG. 1991.

[3] LUCKACS, George. Ontologia do ser social; Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1979 , p. 207- 245.

subjetividade. A racionalidade não é um ente metafísico, ("tecnológico", "simbólico" e/ou "transcendental"), posto na cabeça dos homens.

Na Segunda Tese Ad Feuerbach, Marx aponta outros fatores igualmente importantes e que interferem na produção social dos conhecimentos:

> A questão se o pensamento chega a uma verdade concreta, não é uma questão teórica, mas uma questão prática. Na prática, deve o homem demonstrar a verdade, isto é, a efetividade e o poder, a citerioridade de seu pensamento. A disputa sobre a efetividade ou não efetividade do pensamento - que da prática é isolado - é uma questão puramente escolástica. (Idem).

Esta segunda tese aponta outros elementos importantes para a reflexão, ao destacar que o homem que conhece é um ser que exerce uma atividade concreta e sensível no quadro de sua existência e, que a sua consciência não atua passivamente, na medida em que ela se põe na realidade, numa complexa relação entre o sujeito e o objeto, na atividade e no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos.

Assim, se explicita a relação entre o conhecimento e a atividade humana, de tal modo que a verdade a ser buscada pelo sujeito só adquire estatuto de verdade concreta ao demonstrar, na práxis social, a "efetividade ou não efetividade do pensamento." Assim, para Marx, o pensamento não pode ser considerado isoladamente de suas condições de existência, mas em sua citerioridade, na efetividade posta pelo sujeito socialmente ativo. A Tese afirma a possibilidade cognoscitiva efetiva do sujeito do conhecimento apreender o objeto, desvendando suas regularidades, todo seu arranjo, todas as suas propriedades internas.

Em Marx, na atividade cognitiva, sujeito e objeto se relacionam no movimento de busca da verdade, e o sujeito está vinculado à atividade de caráter eminentemente social, é um sujeito socialmente condicionado, que vivencia os conflitos humanos característicos de seu tempo. Nesse sentido, é possível considerar que o sujeito, no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos, não deveria projetar elementos "estranhos" ao objeto a ser analisado. Sobre isto, Marx se pronuncia no Posfácio de 1873 ao "O Capital":

> Os fatos continuam adversos aos nossos especialistas. Quando podiam ser imparciais no trato da economia política, faltavam à realidade alemã as condições econômicas modernas. Quando surgiram estas, surgiram em circunstâncias que não permitiam mais o seu estudo imparcial sem ultrapassar os limites burgueses.[4]

Aqui Marx aponta para outro aspecto de fundamental importância, é possível que tenha uma descontinuidade entre o sujeito e o objeto no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos quando afirma que quando surgiram as condições econômicas propícias, estas "não mais permitiam o seu estudo imparcial".

Esta mesma observação é recorrente em Marx quando aponta que: "não é suficiente à idéia o impor-se à realidade, a realidade mesma tem que impor-se à idéia.[5]"

Tais elementos parecem indicar a existência de alguns obstáculos e dificuldades para que o sujeito possa alcançar os objetos e possa, assim, expressá-los cientificamente. Se essas dificuldades se manifestam no nível do sujeito, também existem problemas em relação ao objeto, quando afirma "que a realidade mesma tem que impor-se à idéia."

Ou seja, é preciso que a realidade se apresente em condições que permitam sua maior visibilidade. Quando Marx diz que "faltavam à realidade alemã as condições econômicas modernas", está indicando que o objeto da economia política alemã não havia ainda atingido um grau de desenvolvimento capaz de explicitar a sua plena maturidade, tal como já havia ocorrido na Inglaterra. Exemplo de como essa concepção foi utilizada pode ser tomado no procedimento de Marx ao analisar a economia capitalista inglesa, ou seja, a economia mais desenvolvida à sua época, procurando desvendar as regularidades de seu desenvolvimento. A

---

[4] MARX, K. - O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, vol. I. Difel, SP,1984.

[5]FLICKINGER, Hans. Marx nas pistas da desmistificação filosófica do capitalismo. Porto Alegre: L&PM editores, 1985:17.

escolha da Inglaterra não é casual pois se trata, como ele diz, do lugar clássico do desenvolvimento da sociedade capitalista, isto é, o lugar onde o objeto se apresentava plenamente maduro.

E mais, em seu confronto com Bruno Bauer, Marx criticava o que considerava ser uma especulatividade de tipo hegeliana: "não reconhecem nenhum ser diferente da idéia (...) nenhum objeto diferente do sujeito (...) nenhuma sociedade real diferente da generalidade abstrata."[6] E, ainda: "O mundo não é mais que uma distinção metafísica, uma quimera e uma imaginação surgidas de seu cérebro etéreo."

Ou seja, em Bauer e outros, o entendimento, portanto o conhecimento, é resultado de um modo operativo da razão. Neste sentido,"o tratamento hegeliano dos procedimentos intelectivos pode ser amplamente desdobrado para a compreensão exaustiva desta modalidade operativo-racional, que é essencialmente limitada na escala em que - não envolvendo o caráter negativo e, portanto, crítico da razão, específico da sua dimensão material - esgota e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo."[7]

Marx critica esses procedimentos fundamentalmente porque abandonam o objeto real, passando a lidar arbitrariamente com abstrações, simples palavras que passam à condição de sujeitos.

Diferentemente, o discurso marxiano procura construir a sua cientificidade a partir de um procedimento que busca a integração entre sujeito e objeto nos processos de produção e reprodução social dos conhecimentos. Trata-se de um processo complexo de apreensão intelectiva das regularidades do objeto, indicando a inexistência de um método a priori, pois a lógica estaria inserida no próprio objeto, cabendo ao intelecto reproduzi-la e expressá-la conceitualmente, procurando captar a sua unidade e sua diferença. É nesse sentido que se pode afirmar que o que interessa no processo de compreensão do mundo, portanto, de produção e reprodução social dos conhecimentos fundamental aos processos de formação dos trabalhadores, é a possibilidade que este possa ter efetivamente de apreender intelectivamente a realidade em que vive, primeiro passo para sua transformação.

Baseado no até aqui exposto, percebe-se que a cientificidade marxiana se funda na relação entre objetividade/subjetividade sendo que a subjetividade está fundada na objetividade. A verdade se encontra posta no mundo, é concreta e não "uma questão meramente escolástica", como destaca a segunda Tese Ad Feuerbach. Neste sentido, o ato cognitivo se processa na medida em que o sujeito se debruça sobre o objeto, procurando apreendê-lo em sua inteireza e em sua processualidade histórica.

Portanto, tratar o problema do conhecimento e da relação sujeito/objeto do conhecimento fundando a possibilidade de produção e reprodução social dos conhecimentos unicamente no sujeito, portanto, na racionalidade epistemológica, é negar o caráter ou o pólo objetivo do processo de produção e reprodução social dos conhecimentos e autonomizar a razão que passa, então, a caminhar por si própria. Esta, uma das grandes conseqüências de se afastar da centralidade ontológica da categoria trabalho em relação às categorias epistemológicas.

Os procedimentos que, inversamente, colocam a centralidade epistemológica nesse processo entendem que a racionalidade é uma racionalidade enviesada onde a apropriação do objeto se dá a partir das ideações prévias do sujeito, separando assim, sujeito de objeto e objeto de sujeito, o que leva a uma cisão entre homem e realidade, entre criação e criatura.

Esta concepção fundamentalmente epistemológica e até mesmo de fundo gnosiológico, ao estabelecer uma ruptura entre sujeito/objeto do conhecimento, estabelecendo o primado epistemológico no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos, separa pensamento e ser, realidade e pensamento, dissocia fato e consciência. Partindo do real e caindo na autonomização da razão, perde seu vínculo com o real e passa assim, da razão à

---

[6] MARX, K. A Miséria da Filosofia. São Paulo: Ed. Global, 1989.

[7] NETTO, José P. Razão, Ontologia e Práxis, Revista Serviço Social e Sociedade, n. 44, abr. 1994.

irrazão. Está aqui posta uma aporia fundamental claramente delineada nos nódulos fundantes de todos os processos que subordinam a produção dos conhecimentos ao momento puramente epistemológico.

Um dos efeitos mais expressivos dessa forma de ver e produzir conhecimentos sobre o mundo reside na impossibilidade de acreditar e mesmo aceitar a possibilidade de uma alternativa para além do capital. Ou seja, "não é mais possível se livrar do mundo do capital". "O neo-racionalismo, o irracionalismo e o neo-pragmatismo são as filosofias possíveis para a ação". Ou seja, a lacuna decorrente da rejeição do trabalho como agente de emancipação traz profundas conseqüências de ordem teórico-analítica.

O resgate do homem, em sua integridade, ou seja, a integração entre objetividade e subjetividade é, na atualidade, uma questão ontológica fundamental, tendo em vista os fundamentos de uma concepção superior de sujeito e de subjetividade humana. Neste sentido, um Re-encontro com o pensamento marxiano em suas origens é fundamental, tendo em vista a atualidade de seu pensamento de origem para o entendimento e mesmo a explicação da factualidade contemporânea.

Recuperar a posição ontológica para o debate atual da problemática do processo de produção e reprodução social dos conhecimentos é buscar a gênese e o sentido dos conhecimentos no ato complexo que funda o ser social. A posição ontológica de base marxiana não toma como ponto de partida o auto-exame da razão e nem estabelece o primado epistemológico no processo de produção e reprodução social dos conhecimentos. Buscar o sentido do conhecimento no ato complexo que funda o ser social é entender que a objetividade, ou seja, a base material que funda os processos de trabalho e de produção e reprodução dos conhecimentos é a subjetividade que se efetiva no mundo, ou seja, não é algo que esta na abstração do meu pensamento; é algo que está efetivamente posto. É o reflexo ideal das diferenças do real no plano da consciência. A subjetividade é o resultado de uma relação complexa com a objetividade, funda-se nesta, se dá na *práxis*.

Nesse sentido, a racionalidade é entendida como sendo os modos fundamentais através dos quais se dá o relacionamento do homem com a realidade através da atividade humana.

Referências Bibliográficas.

FLICKINGER, Hans. Marx nas pistas da desmistificação filosófica do capitalismo. Porto Alegre: L&PM editores, 1985.

LUCKACS, George. Ontologia do ser social; Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. A Miséria da Filosofia. São Paulo: Ed. Global, 1989.

MARX, K. - O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital, vol. I. Difel, SP,1984.

MARX, K. - Teses contra Feuerbach. Col. Os Pensadores. Ed. Nova Fronteira, SP, 1987.

MARX, K. & ENGELS, F. A Sagrada Família. Editorial Presença. Portugal, 1974.

NETTO, José P. Razão, Ontologia e Práxis. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 44, abr. 1994.

SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. Reflexões necessárias sobre o problema da formação do sujeito na atualidade. In: Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte: n. 1, p.75-90, fev./jul. 1997.

SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. As atuais formas de consciência da individualidade: um estudo a partir da Ontologia Social Marxiana. 2001. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Pós-graduação da PUC/SP.